



REQUERIMENTO DE SESSÃO SOLENE
(Do Sr. Antonio Brito)

Requer a criação de Comissão Externa, sem ônus, destinada a elaborar propostas para analisar o enfrentamento da tuberculose como compromisso internacional para a eliminação desta doença como problema de saúde pública até o ano de 2030, conforme preconizado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Senhor Presidente:

O Parlamento Brasileiro foi instado a se pronunciar na reunião de alto nível, durante a 78ª Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU), por meio de convite ao presidente da Frente Parlamentar de Luta contra a Tuberculose, deputado Antonio Brito, como painelistas na Sessão *"Scaling up adequate and sustainable national, regional and international financing to ensure equity in tuberculosis service delivery, innovative strategies, as well as for the research and development of new diagnostics, vaccines and medicine"* ("Ampliando o financiamento nacional, regional e internacional adequado e sustentável para garantir a equidade na oferta de serviços para enfrentamento da tuberculose e no desenvolvimento de estratégias inovadoras, bem como para a pesquisa e desenvolvimento de novos diagnósticos, vacinas e medicamentos", em português.)

Com o objetivo de atender as preocupações da Organização das Nações Unidas (ONU), e elevar o tema na Câmara dos Deputados, requeiro nos termos do art. 38, c/c o art. 117, inciso I, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Comissão Externa, sem ônus, destinada a elaborar propostas ao enfrentamento à tuberculose como resposta aos compromissos internacionais pela eliminação da doença como problema de saúde pública até o ano de 2030, conforme preconizado pela ONU.





JUSTIFICAÇÃO

A tuberculose ainda é um grave problema de saúde pública e uma questão humanitária, por ser uma doença com forte impacto social e econômico às pessoas, famílias e comunidades afetadas. O Brasil, com mais de 80 mil casos novos da doença em 2022, é a única nação das Américas a compor a lista de 30 países prioritários para o controle da doença no mundo.

A eliminação da tuberculose como problema de saúde pública é um compromisso pertencente à agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (meta 3.3.), da Organização das Nações Unidas e as metas operacionais a serem alcançadas são descritas em documentos os quais o país é signatário - como a Declaração da 1ª Reunião de Alto-Nível pelo Fim da TB da ONU (UN, 2018); e planos nacionais alinhados a estratégias globais - como o Plano “Brasil livre da Tuberculose” (BRASIL, 2027; BRASIL, 2021) que adaptou pilares e objetivos para o cenário brasileiro a partir da End TB Strategy da Organização Mundial da Saúde (OMS) (WHO, 2015).

A doença tem marcada determinação social e atinge de forma desproporcional as pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas que vivem com HIV, privadas de liberdade e povos indígenas.

O engajamento multissetorial e o fortalecimento da governança nas respostas nacional, regional e local à doença são pressupostos dessa agenda nacional e global. Sabendo desses desafios, a Frente Parlamentar de Luta contra a Tuberculose, atuante desde 2012 e liderada pelo Deputado Antônio Brito, tem sido um espaço promotor de diálogo entre os poderes Legislativo, Executivo e a sociedade civil para dar resposta às demandas das pessoas afetadas pela tuberculose.

A frente parlamentar nacional foi catalisadora para a criação da Frente Parlamentar de Tuberculose das Américas instituída em 2015 e tem papel ativo junto à Frente Parlamentar de Tuberculose Global no *advocacy* pelo fim da doença e no acompanhamento da implementação das estratégias de controle no país na última década.

A situação da tuberculose no país é preocupante. Apesar de ser uma doença curável e prevenível, a pandemia impactou gravemente os indicadores nacionais. Dados do Ministério da Saúde apontam para a subnotificação de casos no período da pandemia e chamam atenção para o aumento das mortes - mais de 5 mil por ano, aproximadamente.





Além disso, o compromisso de zerar o número de pessoas afetadas por custos catastróficos em decorrência da doença (quando há o comprometimento de até 20% da renda familiar com despesas relativas à doença) também exige esforços adicionais, uma vez que evidências científicas mostram que esse valor, no país, é de 46% das pessoas com tuberculose pulmonar sensível e chega a 78% entre pessoas com tuberculose resistente a medicamentos, droga resistente.

O governo federal tem instituído algumas iniciativas arrojadas para a eliminação da tuberculose e de outras doenças determinadas socialmente, como um Comitê Interministerial específico - composto por 8 Ministérios além do Ministério da Saúde - com o objetivo de fortalecer a articulação intersetorial. Mesmo com avanços da pasta da saúde, em especial com a incorporação de novas tecnologias no Sistema Único de Saúde, é importante destacar a redução significativa nos investimentos para enfrentar. Nesse sentido, é necessário criar mecanismos para aumentar os repasses e recursos adicionais, em especial no investimento em pesquisa e inovação para aprimorar os métodos de diagnósticos, tratamentos preventivos e outros insumos mais modernos contra a doença. Os recursos investidos no combate à tuberculose têm sofrido redução ao longo dos anos, e o volume de investimentos nas ações de controle da doença, assim como em pesquisa e tecnologia para a TB, é um indicador monitorado pelos organismos internacionais.

Por fim, importante destacar que, em essa Comissão sendo instalada, o Parlamento Brasileiro estará dando uma resposta por ocasião da 2ª Reunião de Alto-Nível pelo Fim da TB das Nações Unidas, evento político de grande importância no qual os países-membros prestarão contas do progresso realizado em relação à agenda de enfrentamento da doença. Será a primeira vez que um parlamentar compõe a sessão de painéis, sendo que o Deputado Antônio Brito recebeu o convite da presidência das Nações Unidas para integrar o painel intitulado **“Ampliando o financiamento nacional, regional e internacional adequado e sustentável para garantir a equidade na oferta de serviços para enfrentamento da tuberculose e no desenvolvimento de estratégias inovadoras, pesquisa e desenvolvimento de novos diagnósticos, vacinas e medicamentos”** - junto a de importantes *stakeholders* como *Peter Sands*, o Diretor Executivo do **Fundo Global** de Luta Contra a AIDS, **Tuberculose** e Malária, *Global Fund* (maior instituição financeira a destinar recursos para ações em tuberculose); além de outras autoridades e outros especialistas no assunto.

Faz-se fundamental, portanto, diante das demandas da agenda global pelo fim da doença e do grave panorama da tuberculose em nosso





CÂMARA DOS DEPUTADOS

país, que sejam identificados processos e estratégias, assim como a mensuração de recursos necessários para acelerar os esforços existentes na eliminação da doença como problema de saúde pública.

É essencial que esta Casa legislativa acompanhe e participe da revisão do alcance de tais compromissos nacionais e internacionais e proponha ações e, em especial, formas de financiamento para a transformação da realidade atual e para o atendimento das comunidades e dos territórios mais afetados pela tuberculose.

Finalmente, essa Comissão Externa poderá ser um paradigma a ser utilizado por Parlamentos de outros países no sentido de potencializar as ações de seus governos e da sociedade civil visando a eliminação da tuberculose como um problema de saúde pública.

Por essas razões, proponho a criação de Comissão Externa destinada a elaborar propostas para analisar o enfrentamento da tuberculose como compromisso internacional para a eliminação da doença como problema de saúde pública até o ano de 2030. Pelas razões expostas e pela relevância do tema, peço o a aprovação desse Requerimento e a Instalação da referida Comissão.

Sala das Sessões, de de 2023.

Deputado ANTÔNIO BRITO
PSD/BA

